

A PESQUISA-AÇÃO: uma abordagem qualitativa em pesquisa científica

Luiz Carlos dos Santos

O ciclo iniciado sobre abordagens qualitativas em investigações científicas pontua neste texto aspectos relacionados à pesquisa-ação, vista por alguns pesquisadores como sinônimo de pesquisa participante. Entende-se que a pesquisa-ação, além da participação, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro, que nem sempre se encontra em propostas de pesquisa participante. A Pesquisa-Ação, é prudente que se realce, tende a ser aplicada em diversos campos de atuação, a exemplo da educação, comunicação, organização, gestão, serviço social, difusão de tecnologia, militância política ou sindical, dentre outros ramos.

Urge salientar que a pesquisa-ação não é uma única abordagem qualitativa; aliás, os textos de opinião, anteriores a este comprovam essa assertiva. Por outro lado, a pesquisa-ação não substitui as demais abordagens. Lembre-se o pesquisador: o estudo de sua metodologia é apenas um tópico entre os diferentes aspectos que compõem o complexo da metodologia aplicada às Ciências Humanas e Sociais.

Voltando-se à possível semelhança entre Pesquisa-Ação e Pesquisa Participante, ambas podem ser entendidas como alternativas ao padrão de pesquisa convencional. Entretanto, são essas alternativas criticadas por uma pequena corrente de pesquisadores como se não detivessem o mesmo rigor científico, querendo rebaixá-las sob a alegação de perigo, riscos e exageros na concepção e na organização das aludidas opções, tais como: abandono do ideal científico, manipulação política, grau excessivo de subjetividade etc. Ora, se a linha de defesa for essa, tais riscos podem ocorrer em outros tipos de pesquisas. A solução para o questionamento pode ser um adequado embasamento metodológico.

Nos estudos procedidos para elaboração deste texto provocativo, buscou-se fundamentação, ainda que de cunho incipiente, em expoentes, a saber: Lewin (1947); Sanfor (1970); Boterf (1981); Charasse (1983); Matta (1983); Thiollent (1986); Dubost (1987); Goyete & Lessar (1987); Freire (1988); Hugon & Seibel (1988); Borda & Rahman (1991); Schensul & Schensul (1992) Heron (1996); Wills (1999); Kemmis e McTaggart (2000); Bray et al (2000); Reason e Bradbury (2000); Chizzotti (2006), dentre outros. Todos têm contribuições, tanto para a Pesquisa-Ação quanto para a Pesquisa Participante; uns reportam as origens da pesquisa-ação a uma confluência de tendências coesas no pós-guerra, visando uma intervenção terapêutica psicossociológica; outros, à sociometria; outros, ainda, fazem

retomar a pesquisa-ação ao progressismo de Dewy (apud MacKERNAN, 1969). Contudo, entende-se que a paternidade da pesquisa-ação é de Lewin, um imigrante foragido do nazismo e naturalizado norte-americano, interessado no estudo da dinâmica social e convencido da necessidade de a ciência tanto auxiliar na solução de conflitos, quanto esclarecer os indivíduos sobre uma situação dada; e, para isso, propor uma ação conseqüente e eficaz para o problema enfrentado.

Afinal, de forma concreta, qual o atual conceito para a pesquisa-ação? Na evolução dos estudos da matéria em foco, percebe-se que a mesma é encarada sob duas perspectivas: como um meio auxiliar de superação das condições adversas, visando um diagnóstico fundamentado dos fatos para se alcançar uma mudança intencional no comportamento dos indivíduos ou de uma fração da população e propor a ação saneadora ao problema enfrentado (LEWIN 1947); e, mudança planejada, de desenvolvimento organizacional, análise social, interativa, sendo que esta última tem como defensores Reason e Bradbury (2000).

Concernentemente à metodologia da pesquisa-ação, sua execução está sujeita aos pressupostos e objetivos assumidos pela pesquisa. Em suma, a realização dessa modalidade de pesquisa em organizações complexas e grandes empresas, supõe um percurso longo: análise, na fase inicial, as condições de exequibilidade, as negociações prévias até um plano provisório de pesquisa; na fase de execução, ela exige a definição clara do que quer resolver, a gestão da participação, recolha dos dados, proposição da solução, concretude e avaliação da ação; e, na fase final, o acompanhamento durável das ações propostas para que a investigação não se esgote nas conclusões formais do texto. Ah! Na fase final, como afirma Chizzotti (2006), o relatório dos planos executados e dos resultados obtidos deve auxiliar a discussão partilhada dos impasses encontrados e das soluções dadas, para que os interessados ampliem a compreensão da situação problemática e das condições que a envolvem, mantenham consenso sobre encaminhamentos da investigação de modo que se sintam solidários com as ações escolhidas e implementadas e com os resultados e as suas conseqüências.

Conclui-se essa instigação com a seguinte assertiva - em todas as circunstâncias envolvendo o objeto da pesquisa, os pesquisadores evitem aplicar uma norma de ação preestabelecida, devendo, pois, ficar atentos a possíveis negociações do que é realmente transformável em função das formas de poder, do grau de participação dos interessados e da especificidade das formas de ação: ação pedagógica, ação educacional, ação comunicativa, organizativa, tecnológica, política, paradigmática, dentre outros indicadores. Enfim, considera-se a pesquisa-ação como algo laico, participativo, portanto, uma forma democrática de se fazer pesquisa, sem perder o caráter da cientificidade.